

# **O novo programa de ajuste\***

---

*Isabel Noemia Ruckert\*\**

*Maria Luiza Blanco Borsatto\*\**

**A**s mudanças ocorridas na economia brasileira no início do ano de 1999, tais como a intensa desvalorização do real frente ao dólar, como consequência da crescente desconfiança do mercado internacional em relação ao País fez com que o Governo alterasse as suas metas frente ao FMI e reformulasse o seu programa econômico.

O objetivo deste texto é examinar as principais alterações nas medidas de ajuste fiscal adotadas pelo Governo para atingir as novas metas acordadas com o FMI. Analisam-se, ainda, a situação do déficit público em 1998, o comportamento da dívida pública líquida medida pelo Banco Central, o resultado das contas públicas, incluindo também o desempenho da arrecadação dos tributos federais até fevereiro de 1999.

## **O novo acordo com o FMI**

No início de dezembro de 1998, o FMI aprovou o Programa de Ajuste Fiscal proposto pelo País e liberou a primeira parcela no valor de US\$ 9 bilhões referente ao montante total de R\$ 41,5 bilhões para ser desembolsado nos próximos três anos. Desse total, o FMI deverá despende US\$ 18 bilhões, o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entram com US\$ 4,5 bilhões cada, e um grupo de 20 países deverão emprestar até US\$ 14,5 bilhões pelo Bank of International Settlements (BIS).

---

\* O texto foi elaborado com informações obtidas até 31.03.99.

\*\* Economista, Técnica da FEE.

As autoras agradecem a colaboração dos colegas Alfredo Meneghetti Neto, Edison Marques Moreira, Enio Roberto de Andrade, Núbia Marques da Silva e dos estagiários Rita Lodeiro Müller e Nataniel Cezimbra Santos.

Ainda neste mesmo mês, o Governo tomou medidas para compensar o atraso na aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a não-aprovação do aumento da contribuição dos servidores federais. Dentre elas, encontram-se a elevação da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a sua incidência sobre aplicações financeiras; elevação da alíquota e alteração na forma de cálculo da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL); mudanças na legislação do Imposto de Renda nas operações de renda fixa e variável, de remessa de dinheiro ao Exterior. Também conseguiu a antecipação de receita de privatização do Sistema Telebrás para o primeiro trimestre de 1999, que seria repassada ao Tesouro somente em agosto do ano 2000.

Em 13 de janeiro de 1999, após ocorrerem pressões sobre as reservas cambiais, o Banco Central ampliou a banda cambial, mas as pressões foram intensificadas, até que, no dia 15 deste mês, o Banco Central deixou que o real passasse a flutuar livremente. Os efeitos dessa liberalização resultaram numa necessidade de aumentar o esforço fiscal.

Com a alteração do regime cambial e as conseqüentes mudanças no cenário econômico, o Governo viu-se na contingência de revisar as metas do acordo com o FMI. A explosão da dívida pública em vista da elevação das taxas de juros e da acentuada desvalorização cambial foi o principal fator para o Governo tomar a decisão de rever os critérios de desempenho e as metas indicativas acertadas no final do ano passado.

Originalmente, a intenção do Governo era alcançar um superávit primário de R\$ 23,6 bilhões (2,6% do PIB) em 1999. Esse valor foi aumentado para R\$ 28,6 bilhões (3,1% do PIB) em vista da adoção de uma série de medidas fiscais que visavam ao aumento das receitas públicas. O maior esforço virá do Governo Federal, cuja meta é atingir um superávit primário de 2,3% do PIB, ante 1,8% do PIB da estimativa anterior. Aos estados e municípios, caberá gerar um superávit de 0,4% do PIB, e as empresas estatais também deverão obter um superávit de 0,4% do PIB, mantendo as mesmas metas do acordo anterior.

O resultado do déficit nominal (receitas menos despesas, inclusive juros) não foi incluído no acordo, mas o Governo tem como estimativa atingir 6,9% do PIB, bem acima dos 4,7% previstos no programa inicial.

No que se refere à dívida líquida do setor público, a previsão é de uma queda de cerca de 52% do PIB para 49,3% do PIB no final deste ano, 47,4% em 2000 e 44,3% do PIB até o ano de 2001.

O acordo prevê uma meta de inflação medida pelo IGP-DI de 16,8% até o final do ano, baixando para 6,5% no ano 2000 e reduzindo-se para 5,2% em 2001.

É intenção do Governo acelerar e ampliar o programa de privatização. Com esse sentido, o Governo pretende completar a privatização das companhias federais geradoras de energia e, no ano 2000, iniciar a privatização das redes de transmissão de energia. Além disso, tenciona acelerar a privatização de estradas com pedágios e vender propriedades imobiliárias ociosas.

Para garantir o cumprimento das metas fiscais, o Governo estabeleceu uma série de medidas nos primeiros meses do ano de 1999. As principais são descritas a seguir.

O Congresso aprovou a prorrogação da cobrança da CPMF e o aumento da alíquota de 0,20% para 0,38% durante 12 meses. Essa medida deverá entrar em vigor no mês de junho de 1999.

Além disso, o Congresso aprovou, em 28.01.99, a medida que aumenta o índice de contribuição para servidores civis de 11% para entre 20% e 25%, dependendo do nível salarial, e incluiu uma contribuição gradual para funcionários públicos aposentados que tenham pensões maiores do que R\$ 600,00 ao mês. Pelo texto da lei, ficam isentos os inativos que recebem menos de R\$ 600,00, os inválidos e os com mais de 70 anos que têm aposentadorias menores de R\$ 3.000,00. Entre os demais, a alíquota será progressiva: 11% para rendimentos até R\$ 1,2 mil, 20% para benefícios de até R\$ 2,5 mil e 25% para quem tem maior aposentadoria.

Ainda para melhorar o resultado do superávit primário, o Governo baixou medidas adicionais no mês de março. O objetivo do Governo com essas decisões é conseguir uma economia equivalente a 0,5% do PIB, cerca de R\$ 4,5 bilhões, para cumprir as novas metas acordadas com o FMI.

Dentre as decisões, estão o aumento nos preços das tarifas públicas e a suspensão, até o final de 1999, dos créditos do PIS e da Contribuição para a Seguridade Fiscal (Cofins) aos exportadores e o aumento do IOF sobre empréstimos ao consumidor. Assim, a partir do dia 15.03.99, as operações de crédito com prazo inferior a 12 meses ficaram mais elevadas devido à mudança na cobrança do IOF, que passa a incidir sobre todas as operações independentemente do prazo.

O Governo anunciou ainda cortes nas despesas com pessoal que poderão gerar uma economia de R\$ 1,45 bilhão em 1999. As medidas suspendem, até 31.12.99, a concessão de promoções e a progressão funcional dos funcionários públicos (Administração Direta, autarquias e fundações), bem como extinguem o adicional pago todo ano por tempo de serviço. Também será suspensa por um ano a realização de concursos públicos, e não serão concedidos, neste ano, reajustes ou criados salários e incentivos.

O FMI aprovou os novos termos do acordo e liberou a segunda parcela do empréstimo, no montante de US\$ 4,6 bilhões, no início de abril de 1999, enquanto os países industrializados liberaram cerca de US\$ 4 bilhões nesse mesmo mês.

## **A situação do déficit público**

As necessidades de financiamento do setor público consolidado pelo conceito nominal deram um salto em 1998, passando para um déficit de R\$ 72,7 bilhões, o equivalente a 8,02% do PIB contra um montante de R\$ 54,3 bilhões (6,10% do PIB) em 1997. Tal aumento deveu-se aos dispêndios com juros, que atingiram R\$ 72,8 bilhões em 1998 ante R\$ 45,6 bilhões em 1997.

Considerando o resultado primário do setor público (excluindo os juros nominais), houve um superávit de R\$ 121 milhões em 1998. O Governo Central registrou um superávit primário de R\$ 2,9 bilhões (0,32% do PIB), resultante de um déficit tanto nas contas do INSS, de R\$ 7,1 bilhões, quanto naquelas das empresas estatais, de R\$ 2,2 bilhões, e de um superávit significativo do Governo Federal e do Banco Central de R\$ 12,3 bilhões.

Os estados e os municípios apresentaram um desempenho melhor em 1998, reduzindo o seu déficit primário para R\$ 1,8 bilhão (0,21% do PIB) contra R\$ 6,4 bilhões (0,72% do PIB) em 1997.

Como se viu, a redução do déficit público é um dos principais indicadores de desempenho do acordo firmado entre o País e os organismos internacionais. Todavia a desvalorização do real e as altas taxas de juros elevaram as estimativas do déficit público nominal para este ano. Com isso, o Governo alterou o critério de desempenho fiscal junto ao FMI: ao invés do resultado nominal, a meta foi efetuada somente para o resultado primário (superávit de 3,1% do PIB).

## **Os resultados das contas públicas**

Considerando, especificamente, uma das principais contas do Governo Federal, a execução financeira do Tesouro Nacional, no exercício de 1998, a mesma acumulou um superávit primário de R\$ 12,9 bilhões, ou seja, 1,4% do PIB. Esse resultado foi superior em 211,53%, em relação ao apresentado em 1997, quando atingiu R\$ 4,2 bilhões ou 0,5% do PIB.

Com o valor alcançado, o Governo Federal cumpriu a meta legal de um superávit mínimo de R\$ 5,0 bilhões, estabelecida pelo Decreto n.º 2.773/98, que regula os programas econômicos implementados no segundo semestre de 1998.

O resultado obtido é consequência, em grande parte, do controle exercido pelo Executivo nas suas despesas, principalmente as de custeio e investimento, e dos cortes efetuados nas dotações orçamentárias, num total de R\$ 4 bilhões, configurando um ajuste da ordem de 1,8% do PIB, em um curto período de tempo (quatro meses).

A Receita Total alcançou R\$ 137,7 bilhões, superando em 19% a do exercício anterior. As Receitas Administradas pela SRF foram 10% superiores às de 1997, atingindo R\$ 117,8 bilhões. Além dessas, destaca-se a contribuição atípica das Demais Receitas, que atingiram R\$ 17 bilhões, ultrapassando em 226,55% as arrecadadas em 1997, sendo que estas já foram analisadas em textos anteriores.

As Despesas da União totalizaram R\$ 124,7 bilhões, superando em 11,94% as realizadas no mesmo período de 1998, quando atingiram R\$ 111,4 bilhões.

O acréscimo nas despesas, em parte, pode ser justificado pela evolução positiva das receitas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR), ocorrido nos primeiros meses de 1998, e transferido aos estados e municípios, através dos fundos constitucionais. Para tanto, o montante alcançado foi de R\$ 27,2 bilhões contra R\$ 24,1 bilhões, superando em 13% as arrecadadas em 1997.

Quanto às Despesas da Administração Federal, estas apresentaram um crescimento de 11,04%, atingindo R\$ 95 bilhões em 1998 e superando os R\$ 85,2 bilhões gastos no ano anterior. Na questão de pessoal e encargos, o aumento apontado é consequência do crescimento vegetativo da folha de pagamento e também da decisão judicial de incorporação de até 28,86% concedida a alguns segmentos do funcionalismo no meio do ano. Da mesma forma, as Outras Despesas de Custeio e de Capital, que totalizaram R\$ 43,8 bilhões e obtiveram um crescimento de 12,87% em relação a 1997, foram decorrentes de despesas extra-orçamentárias atípicas, como, por exemplo, as resultantes de sentenças judiciais contra a União.

Os Subsídios alcançaram R\$ 2,9 bilhões e superaram em 36,55% os concedidos no ano de 1997. O principal motivo desse crescimento está no volume de recursos aplicados no Programa das Operações Oficiais de Crédito (POOC) de R\$ 2,1 bilhões, através do qual o Governo vem incentivando a produção agrícola e as exportações de produtos nacionais para o Exterior.

A partir de janeiro de 1999, o Governo Central passou a apresentar um maior detalhamento de seus resultados. Em sua estrutura, incluiu no Resultado Primário do Governo Federal (superávit/déficit primário), separadamente, o Resultado do Tesouro Nacional e o da Previdência Social (RGPS). Esse desdobramento possibilitou uma melhor visualização das receitas, dos gastos e das necessidades de financiamento tanto do Tesouro Nacional como da Previdência

Social. Destacam-se, também, os Resultados do Banco Central, consolidando, desta forma, o Resultado Primário do Governo Central.

No primeiro bimestre de 1999, o Resultado Primário do Governo Federal alcançou R\$ 2,9 bilhões, isto é, 2% do PIB, ultrapassando em 647,70% o do mesmo período de 1998. Desse total, o Tesouro Nacional contribuiu com R\$ 4,4 bilhões, superando em 375% o montante de 1998, e a Previdência Social apresentou um resultado deficitário de R\$ 1,5 bilhão ou 178%.

A Receita Total atingiu R\$ 32,2 bilhões no bimestre jan.-fev./99, apresentando um crescimento de 4,98% em relação ao mesmo período de 1998, quando totalizou R\$ 30,7 bilhões.

Na composição da Receita do Tesouro, as Receitas Administradas somaram R\$ 22,5 bilhões, superando em 2,88% as recolhidas no mesmo período de 1998. Entre as causas desse crescimento estão as receitas arrecadadas pelos demais órgãos da Administração Direta e Indireta e as outras receitas da União.

As Demais Receitas apontaram um crescimento bastante significativo, de 349,5%, em relação ao mesmo período em 1998, totalizando R\$ 1,7 bilhão. Os recursos desse item são provenientes, principalmente, de dividendos de bancos federais e de concessões de serviços da Anatel, quase sem correspondência em 1998.

Cabe salientar, também, a inclusão das receitas da Previdência Social no conjunto das receitas. Essas receitas apresentaram, nos dois primeiros meses de 1999, um decréscimo de 5,12% e totalizaram R\$ 7,3 bilhões contra R\$ 7,7 bilhões no mesmo período do ano anterior.

No que se refere à Despesa Total, esta apresentou um decréscimo de 3,28% no primeiro bimestre de 1999, somando R\$ 29,3 bilhões contra R\$ 30,3 bilhões nos mesmos meses de 1998. Embora tenha havido um incremento nos gastos da União, decorrentes de vinculações, desonerações e transferências, a Despesa conseguiu apresentar redução no bimestre.

Dentro dessa categoria de Despesa, a partir de janeiro de 1999, aparecem, em destaque, os gastos com pagamento de benefícios previdenciários, que anteriormente não eram incluídos<sup>1</sup>. Os gastos nesse item aumentaram 6,79% em relação a igual período de 1998, passando de R\$ 8,3 bilhões para R\$ 8,8 bilhões em 1999, devido a reajustes do salário mínimo e demais benefícios, além do crescimento quantitativo de benefícios.

---

<sup>1</sup> Até dezembro de 1998, a tabela não apresentava, em destaque os Resultados do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central.

As Transferências a Estados e Municípios também apresentaram acréscimos de 16,8% em relação a 1998, atingindo, no bimestre, R\$ 5,8 bilhões, sendo que um dos motivos desse aumento foi a alteração legal na metodologia de cálculo de repasses.

No caso específico das Despesas da Administração Federal, observa-se uma queda significativa de 14,06% no primeiro bimestre de 1999, correspondente a R\$ 14,3 bilhões contra R\$ 16,6 bilhões em igual período de 1998. Salientam-se, também, os decréscimos ocorridos, no período analisado, nas rubricas Despesas de Custeio e Capital, de 26,56%; e Outras Despesas de Custeio e Capital, de 29,61%. Neste último item, ocorreu a maior queda nas Despesas da Administração Federal, fazendo com que os gastos passassem de R\$ 7,5 bilhões em 1998 para R\$ 5,3 bilhões no mesmo período de 1999.

O Resultado Primário do Governo Federal, referente ao bimestre jan.-fev./98, em relação ao mesmo período de 1999, agora subdividido, apresentou um Resultado do Tesouro Nacional de R\$ 4,4 bilhões, apontando um crescimento de 375% em relação ao ano de 1998 e um déficit da Previdência Social de R\$ 1,5 bilhão, significando que os gastos superaram as receitas em 178% em relação aos déficits anteriores no mesmo bimestre do ano passado.

## **A arrecadação dos tributos federais**

A arrecadação dos tributos federais relativa ao ano de 1998 atingiu um total de R\$ 133,97 bilhões, que, ao ser comparado ao de mesmo período de 1997, mostrou um crescimento real de 13,85%.

Destacaram-se, nos últimos 12 meses, o desempenho do Imposto de Renda retido na fonte-rendimentos de capital (IRRF-Capital), apresentando um expressivo crescimento de 128,84% e atingindo R\$ 12,0 bilhões contra R\$ 5,3 bilhões nos mesmos meses de 1997, e o item Demais Receitas, provenientes de receitas atípicas, que apontou um aumento de 164,05%, passando de R\$ 5,9 bilhões em 1997 para R\$ 15,5 bilhões em 1998.

Entre os principais fatores que influenciaram esse desempenho no período estão: a) a arrecadação relativa à tributação dos saldos acumulados até 31.12.97 em fundos de investimento de renda fixa, seguida da elevação da alíquota do imposto incidente sobre as mesmas aplicações e da mudança na sistemática de sua tributação; b) o pagamento de débitos em atraso efetuado pelo setor público; e c) a arrecadação atípica referente à outorga de serviços de telecomunicações, saldos de exercícios anteriores e receitas de depósitos abandonados realizadas em 1998.

Entre os tributos que apresentaram comportamento negativo, estão o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e seus desdobramentos — IPI-automóveis, IPI-fumo e IPI, outros cujos percentuais foram decrescentes em 25,37%, 14,03% e 11,99% respectivamente. Esses resultados foram consequência da redução no volume de vendas e da queda da atividade econômica nacional, que, refletidos nesse imposto, sinalizam um quadro de recessão.

Nos dois primeiros meses de 1999, a arrecadação das receitas federais atingiu um montante de R\$ 23,4 bilhões, superando em 2,59% o resultado apresentado no mesmo período de 1998, quando arrecadou R\$ 22,8 bilhões.

Entre os tributos que tiveram desempenho positivo e influenciaram fortemente a arrecadação deste bimestre estão: o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), referente a entidades financeiras, e o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), principalmente nos seus desdobramentos — remessa ao Exterior e outros rendimentos. O IRPJ - entidades financeiras mostrou um crescimento de 119,44% no bimestre, atingindo o valor de R\$ 733,6 milhões contra os R\$ 334,3 milhões de 1998. Esse imposto teve sua arrecadação influenciada pelo pagamento dos débitos em atraso provenientes de desistências de ações judiciais. O IRRF-remessa ao Exterior apresentou acréscimo de 66,17%, fazendo com que seu recolhimento passasse de R\$ 324,6 milhões em 1998 para R\$ 539,4 milhões em 1999, crescimento este motivado principalmente pelo volume de juros remetidos ao Exterior e pelas alterações nas taxas de câmbio vigentes no País. Da mesma forma, o IRRF-outras rendimentos elevou seu recolhimento em 15,54%, passando de R\$ 279,3 milhões em 1998 para R\$ 322,7 milhões em 1999, em decorrência da incorporação de ganhos obtidos de depósitos em juízo de desistências de ações judiciais preexistentes.

Entre os impostos que vêm apresentando resultados significativamente negativos, estão: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI-outras), que recuou dos R\$ 1,05 bilhão arrecadados no primeiro bimestre de 1998 para R\$ 969,1 milhões no mesmo período de 1999, mostrando uma queda de 8,13%; e a Cofins, que, no período considerado, diminuiu de R\$ 3,3 bilhões em 1998 para R\$ 3,1 bilhões, apontando um declínio de 6,19% em 1999. Esses dois impostos estão entre os de maior significado econômico, e suas quedas são reflexo da séria retração de vendas e da atividade econômica no País.

De qualquer forma, a União deve continuar tendo uma boa arrecadação, mesmo que a produção continue caindo. As mudanças efetuadas pelo Governo Federal em alguns tributos, aliadas à desvalorização do real frente ao dólar, vão garantir a entrada de recursos nos cofres públicos pela taxaço sobre receitas financeiras.



Isso pode ser constatado pelo crescimento de 119,46%, no primeiro bimestre de 1999, do IRRF-entidades financeiras, já mencionado no texto. A explicação está no significativo aumento no lucro dos bancos, ocasionado, principalmente, pela desvalorização do real frente ao dólar e o conseqüente recebimento de dívidas em moeda norte-americana. Embora o bom resultado obtido pelos lucros dos bancos não deva se refletir com a mesma intensidade nos próximos meses, o Governo já terá garantido para si a entrada de recursos através do próprio setor financeiro.

A partir de fevereiro deste ano, os bancos começaram a recolher 3% para os cofres públicos, em função da nova incidência da Cofins sobre o seu faturamento (que aumentou de 2% para 3%), assim como as empresas já o faziam anteriormente. Além disso, a própria Cofins e o PIS passam a arrecadar 3,85% das receitas financeiras, tanto das empresas como dos bancos.

Em última hipótese, mesmo que continue a queda na produção e mesmo que o Governo venha perdendo arrecadação dela proveniente, a receita pública provavelmente continuará a aumentar pela incidência de outros tributos, principalmente nas receitas financeiras, como é o caso do PIS, da Cofins, do IR e do CSLL.

## O resultado da dívida líquida do setor público

A dívida líquida total do setor público (que inclui débitos menos os créditos) aumentou significativamente, subindo de R\$ 308,4 bilhões (34,5% do PIB) em dezembro de 1997 para R\$ 388,6 bilhões (42,6% do PIB) em dezembro de 1998. A maior parte dessa dívida é interna (84,5%). Desta, a mais representativa é a dívida pública mobiliária federal fora do Banco Central, que atingiu R\$ 322,6 bilhões até dezembro de 1998 contra R\$ 252,2 bilhões em dezembro de 1997.

A parcela mais expressiva dos títulos públicos federais (57,9% do total) encontrava-se indexada à taxa *over-selic* em janeiro de 1999. Em vista das variações cambiais ocorridas neste último mês, os títulos indexados ao dólar também aumentaram sua participação no total dos títulos públicos federais para 30,4% ante um percentual de 21,0% em dezembro de 1998.

Os títulos pré-fixados reduziram sua participação de um montante de R\$ 109,8 bilhões em janeiro de 1998 (41,3% do total) para R\$ 21,7 bilhões (6,0% do total) no mesmo mês de 1999. A mudança no perfil da dívida iniciou em junho de 1998, quando, devido ao agravamento da crise financeira internacional, os bancos passaram a exigir juros maiores para aceitar esses títulos e o Bacen deixou de ofertar esses papéis.

No entanto o Governo, no mês de março de 1999, voltou a oferecer títulos pré-fixados no mercado em dois leilões, lançando lotes de 500 mil de papéis em Letras do Tesouro Nacional (LTNs), com prazo de 28 dias. Na primeira semana de abril, foram realizados outros dois leilões com volume e prazos maiores, isso significa que o mercado financeiro está apostando na queda dos juros, pois, caso contrário, aplicaria em títulos pós-fixados, com rendimentos indexados ao *over*.

O Governo, na reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), no dia 04.03.99, aumentou as taxas de juros. O juro básico passou de 39% ao ano para 45% ao ano, medido pela taxa *over-selic*, que passou a balizar as taxas de juros do mercado. Houve também a extinção da banda de juros da qual faziam parte a Taxa de Assistência do Banco Central (Tban) — (teto) — e da Taxa Básica do Banco Central (TBC) — (piso).

Porém, no dia 24.03.99, o Presidente do Banco Central anunciou uma redução da taxa *selic* de 45% para 42% ao ano.

Com a desvalorização cambial, deverá crescer também o valor em reais da dívida líquida externa do setor público, que, em dezembro de 1998, estava em R\$ 59,9 bilhões, descontado o valor das reservas em dólar do Banco Central.

A desvalorização do real sobre a dívida externa e a dívida interna indexada ao dólar provocou um aumento do valor da dívida líquida total que, segundo estimativas, já atingiu no primeiro trimestre de 1999 deste ano R\$ 505,67 bilhões (52,2% do PIB), o que significa um valor superior ao registrado em dezembro de 1998. O objetivo do Governo é reduzir a relação dessa dívida com o PIB para em torno de 50% no final do ano.

## Considerações finais

A principal causa do desajuste das contas públicas é financeira. O pagamento de juros representou a maior parcela dos gastos do setor público consolidado, significando uma despesa de R\$ 72,8 bilhões somente no ano de 1998, que é muito superior ao montante que será conseguido pelas medidas de corte de gastos e aumento de tributos promovidas pelo Governo Federal.

Assim, a manutenção de juros elevados por um período muito longo irá significar um aumento do endividamento e, conseqüentemente, não é compatível com a meta de redução do déficit público.

O ajuste fiscal proposto pelo Governo, através de cortes de despesas orçamentárias e aumento de receitas, representa um esforço expressivo no controle de suas contas. Considerando apenas a parcela não financeira do déficit público, o Governo conseguiu atingir resultados satisfatórios e está se comprome-

tendo a ajustar ainda mais os seus gastos fiscais, mas o maior obstáculo ainda é o crescimento da dívida pública.

De acordo com a equipe econômica, o superávit primário somado às receitas de privatização, a queda dos juros reais e a redução da pressão sobre o câmbio irão permitir que o País reduza o seu endividamento.

O Governo espera contar também com as reformas institucionais para atingir os seus objetivos de ajuste fiscal. A Reforma da Previdência Social foi aprovada e regulamentada pelo Congresso Nacional em novembro de 1998. Também a regulamentação da Reforma Administrativa está tramitando no Congresso. Quanto à Reforma Tributária, uma nova proposta foi apresentada em dezembro de 1998 pelo Governo, a qual inclui a substituição dos atuais impostos indiretos — IPI e ICMS —, criando um novo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA).

Tabela 1

## Necessidades de financiamento do setor público no Brasil — 1997-98

DISCRIMINAÇÃO	JAN-DEZ/97 (R\$ milhões)	% do PIB	JAN-DEZ/98 (R\$ milhões)	% do PIB
<b>TOTAL NOMINAL</b> .....	54 311	6,10	72 765	8,02
<b>Governo Central</b> .....	21 759	2,44	51 543	5,68
Governo Federal e Bacen.....	23 456	2,63	49 623	5,47
Empresas estatais federais.....	-1 696	-0,19	1 919	0,21
<b>Governos regionais</b> .....	32 551	3,65	21 222	2,34
Governos estadual e municipal.....	26 897	3,02	18 520	2,04
Empresas estatais estaduais.....	5 369	0,60	2 220	0,24
Empresas estatais municipais.....	285	0,03	483	0,05
<b>TOTAL PRIMÁRIO</b> .....	8 689	0,98	-121	-0,01
<b>Governo Central</b> .....	458	0,05	-2 929	-0,32
Governo Federal e Bacen.....	56	0,01	-12 351	-1,36
<b>INSS</b> .....	2 807	0,32	7 192	0,79
Empresas estatais federais.....	-2 405	-0,27	2 230	0,25
<b>Governos regionais</b> .....	8 232	0,92	2 807	0,31
Governos estadual e municipal.....	6 452	0,72	1 860	0,21
Empresas estatais estaduais.....	1 614	0,18	616	0,07
Empresas estatais municipais.....	165	0,02	332	0,04
<b>TOTAL DE JUROS NOMINAIS</b> .....	45 622	5,12	72 886	8,03
<b>Governo Central</b> .....	21 302	2,39	54 472	6,00
Governo Federal e Bacen.....	20 593	2,31	54 782	6,04
Empresas estatais federais.....	709	0,08	-311	-0,03
<b>Governos regionais</b> .....	24 320	2,73	18 415	2,03
Governos estadual e municipal.....	20 445	2,30	16 660	1,83
Empresas estatais estaduais.....	3 754	0,42	1 604	0,18
Empresas estatais municipais.....	120	0,01	151	0,02

FONTE: NOTA PARA A IMPRENSA (1999). Brasília : Bacen, mar.

NOTA: 1. Fluxos mensais.

2. Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI.

3. O deflator usado foi o IGP-DI (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

4. O sinal negativo indica superávit.

5. Dados preliminares.

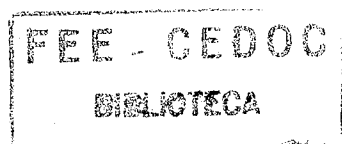


Tabela 2

## Necessidade de financiamento do Tesouro Nacional — 1997-98

DISCRIMINAÇÃO	JAN-DEZ/97 (R\$ milhões)	JAN-DEZ/98 (R\$ milhões)	Δ% 1998 1997
A - Receita Total .....	115 990,4	137 667,2	18,69
A.1- Administrada pela SRF .....	107 119,6	117 781,5	9,95
A.2 - Restituições (-) .....	-2 825,5	-3 093,2	9,47
A.3 - Diretamente Arrecadada .....	7 305,8	7 422,3	1,60
A.4 - Demais .....	5 138,6	16 779,9	226,55
A.5 - Incentivos Fiscais .....	-748,1	-770,0	2,93
B - Despesa Total .....	-111 421,0	-124 726,1	11,94
B.1 - Transferências a Estados e Municípios .....	-24 080,5	-27 222,5	13,05
B.2 - Despesas da Administração Federal .....	-85 253,3	-94 667,2	11,04
B.2.1 - Pessoal e Encargos .....	-41 415,6	-45 861,8	10,74
B.2.2 - Despesas de Custeio e Capita .....	-43 837,7	-48 805,4	11,33
B.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego .....	-4 317,0	-4 458,6	3,28
B.2.2.2 - Desapropriação de Terra para Reforma Agrária .....	-737,2	-573,5	-22,21
B.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital .....	-38 782,6	-43 773,4	12,87
B.3 - Subsídios .....	-2 090,5	-2 854,5	36,55
B.3.1 - Operações Oficiais de Crédito .....	-1 773,9	-2 091,5	17,91
B.3.2 - Fundos Regionais .....	-316,5	-763,0	141,07
C - Resultado Primário (A - B) .....	4 154,0	12 940,9	211,53
D - Resultado Primário / PIB (%) .....	0,5	1,4	-

FONTE: Tesouro Nacional.

NOTA: 1. Dados revistos, sujeitos à alteração.

2. Os valores de 1997 e 1998 foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 1998.

Tabela 3

## Resultado primário do Governo Central — jan.-fev./98-jan.-fev/99

DISCRIMINAÇÃO	JAN-FEV/98 (R\$ milhões)	JAN-FEV/99 (R\$ milhões)	$\Delta\%$ <u>1999</u> 1998
A - Receita Total .....	30 660,1	32 186,8	4,98
A.1 - Receita do Tesouro .....	22 924,2	24 846,7	8,39
A.1.1-Receita Administrada Bruta .....	21 859,4	22 488,4	2,88
A.1.2 - Restituições (-) .....	-175,9	-246,9	40,33
A.1.3 - Diretamente Arrecadada .....	1 088,0	1 085,1	-0,26
A.1.4 - Demais .....	373,9	1 680,9	349,51
A.1.5 - Incentivos Fiscais .....	-221,3	-160,7	-27,38
A.2 - Receitas da Previdência Social .....	7 735,9	7 340,1	-5,12
B - Despesa total.....	-30 270,3	-29 276,5	-3,28
B.1 - Transferências a Estados e Municípios .....	-4 961,9	-5 797,4	16,84
B.2 - Benefícios Previdenciários .....	-8 273,6	-8 835,7	6,79
B.3 - Despesas da Administração Federal .....	-16 643,6	-14 303,3	-14,06
B.3.1 - Pessoal e Encargos.....	-8 347,8	-8 211,1	-1,64
B.3.2 - Despesas de Custeio e Capital .....	-8 295,8	-6 092,2	-26,56
B.3.2.1 - Abono e Seguro Desemprego .....	-733,7	-733,3	-0,06
B.3.2.2 - Desapropriação de Terra para Reforma Agrária .....	-28,2	-56,0	98,38
B.3.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital .....	-7 534,0	-5 302,9	-29,61
B.4 - Subsídios e Subvenções .....	-391,1	-340,1	-13,04
C - RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (A - B)	389,8	2 910,3	646,70
C.1- Resultado do Tesouro Nacional (1) .....	927,6	4 405,9	374,99
C.2 - Resultado da Previdência Social (RGPS) (2) .....	-537,8	-1 495,6	178,09
D - Resultado do Banco Central (3) .....	-124,9	-52,8	-57,74
E - Resultado do Governo Central (C + D) .....	264,8	2 857,5	979,01
F- Resultado Primário/PIB .....	0,2	2,0	-

FONTE: Tesouro Nacional.

NOTA: 1. Dados revistos, sujeitos à alteração.

2. Os valores de 1998 e 1999 foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV, a preços de fevereiro de 1999.

(1) Exceto Banco Central. (2) Receita de Contribuição menos Benefícios Previdenciários. (3) Operações "quasi-fiscais" do Banco Central.

Tabela 4

## Arrecadação das receitas federais – jan.-fev./98/99

DISCRIMINAÇÃO	JAN-FEV/98 (R\$ milhões)	JAN-FEV/99 (R\$ milhões)	Δ% <u>1999</u> 1998
<b>IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO</b>	982,9	1 007,1	2,46
<b>IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	2 838,0	2 610,8	-8,01
Fumo	546,3	442,0	-19,09
Bebidas	491,1	442,2	-9,96
Automóveis	144,7	131,5	-9,12
Vinculado à importação	601,0	626,0	4,16
Outros	1 054,9	969,1	-8,13
<b>IMPOSTO SOBRE A RENDA TOTAL</b>	9 129,6	9 266,4	1,50
IR - pessoa física	236,5	230,7	-2,45
IR - pessoa jurídica	2 375,0	2 775,3	16,85
Entidades financeiras	334,3	733,6	119,44
Demais empresas	2 040,8	2 041,7	0,04
IR - retido na fonte	6 518,1	6 260,4	-3,95
IRRF- rendimentos do trabalho	2 595,1	2 340,0	-9,83
IRRF- rendimentos de capital	3 319,1	3 058,2	-7,86
IRRF- rendimentos para o Exterior	324,6	539,4	66,17
IRRF- outros rendimentos	279,3	322,7	15,54
<b>IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IOF)</b>	728,2	767,8	5,44
<b>IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR)</b>	61,2	31,8	-48,04
<b>CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (CPMF)</b>	1 422,8	728,5	-48,80
<b>CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL (Cofins)</b>	3 251,5	3 050,3	-6,19
<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/Pasep</b>	1 324,9	2 575,5	94,39
<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO</b>	1 509,9	1 814,7	20,19
<b>CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURO SOCIAL DOS SERVIDORES</b>	456,2	543,2	19,07
<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP</b>	70,7	63,3	-10,47
<b>OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS</b>	83,5	29,0	-65,27
Receita administrada pela SRF	21 859,4	22 488,4	2,88
Demais receitas	973,6	936,1	-3,85
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS</b>	<b>22 833,0</b>	<b>23 424,5</b>	<b>2,59</b>

FONTE: ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS (1999). Brasília : MF/SRF, fev.

NOTA: Os valores de 1998 e 1999 foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV, a preços de fevereiro de 1999.

Tabela 5

Dívida líquida total, interna e externa, do setor público — 1996-98

DISCRIMINAÇÃO	1996		1997		1998	
	Saldos (R\$ mi- lhões)	% PIB	Saldos (R\$ mi- lhões)	% PIB	Saldos (R\$ mi- lhões)	% PIB
1 - Dívida interna líquida .....	237 600	29,4	269 846	30,2	328 693	36,0
1.1 - Governo Federal e Bacen	115 736	14,3	150 254	16,8	192 455	21,1
1.1.1 - Títulos públicos federais	172 907	21,4	252 286	28,2	322 624	35,4
1.1.2 - Outras dívidas .....	-57 171	7,1	-102 032	11,4	-130 169	14,3
1.2 - Governos estaduais e mu- nicipais .....	90 332	11,2	111 588	12,5	124 757	13,7
1.2.1 - Dívida mobiliária líquida	49 906	6,2	38 578	4,3	22 208	2,4
1.2.2 - Dívida bancária líquida	40 157	5,0	23 374	2,6	16 409	1,8
1.2.3 - Outras dívidas .....	269	0,0	49 636	5,5	86 140	9,4
1.3 - Empresas estatais .....	31 532	3,9	8 004	0,9	11 481	1,3
2 - Dívida externa líquida .....	31 593	3,9	38 580	4,3	59 974	6,6
2.1 - Governo Federal e Ba- cen (1) .....	12 677	1,6	17 488	2,0	38 803	4,3
2.2 - Governos estaduais e mu- nicipais .....	3 006	0,4	4 303	0,5	5 487	0,6
2.3 - Empresas estatais .....	15 910	2,0	16 789	1,9	15 023	1,6
3 - Dívida líquida total (1+2) ...	269 193	33,3	308 426	34,5	388 667	42,6
3.1 - Governo Federal e Bacen	128 413	15,9	167 742	18,8	231 258	25,3
3.2 - Governos estaduais e mu- nicipais .....	93 338	11,5	115 892	13,0	113 161	12,4
3.3 - Empresas estatais .....	47 442	5,9	24 793	2,8	26 504	2,9

FONTE: NOTAS PARA A IMPRENSA (1999). Brasília: Bacen, mar.

NOTA: Dados preliminares.

(1) Líquida de reservas internacionais.



## Bibliografia

CONJUNTURA ECONÔMICA (1999). Rio de Janeiro : FGV, v.52, n.3, mar.

INDICADORES IESP (1999). São Paulo: FUNDAP/IESP, v.8 n.º 70, jan-fev.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Banco Central do Brasil. Informações econômicas. Nota para a imprensa (Política Fiscal) 15.03.99 [on line]. Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.bcb.gov.br/htms/notecon2.htm>**. Arquivo capturado em 15.03.99.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal. Arrecadação dos tributos: dezembro 98 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/NOTDEZ98.doc>**. Arquivo capturado em 19.01.99.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal. Arrecadação dos tributos: fevereiro 99 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/NOTFEV99.doc>**. Arquivo capturado em 15.03.99.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria de Política Econômica. Boletim de Acompanhamento Econômico: fevereiro 99 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.fazenda.gov.br/orgaos/spe/spe31.html>**. Arquivo capturado em 05.03.99.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Financeira do Tesouro Nacional: dezembro 98 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.stn.fazenda.gov.br/download/nimdez98.exe>**. Arquivo capturado em 15.01.99.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Financeira do Tesouro Nacional: fevereiro 99 [on line] Disponível na Internet via **WWW.URL: <http://www.stn.fazenda.gov.br/download/nimfev99.exe>**. Arquivo capturado em 26.03.99

RÜCKERT, Isabel Noemia, BORSATTO, Maria Luiza Blanco (1998). Política Fiscal: FMI pressiona o ajuste. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.26, nº 4.